

Sumário

Introdução	11
1. Crise ambiental, sua percepção e as possibilidades do Estado	15
1.1. A posição do Estado diante da percepção e da necessidade de enfrentamento da crise ambiental	15
1.1.1. Crise ambiental e sociedade de risco	16
1.1.2. Perspectivas do Estado no contexto da sociedade de risco	24
1.2. Desdobramentos do Estado de Direito Ambiental: simultaneidade entre a proteção do meio ambiente e o exercício da cidadania como pressupostos de sua realização	33
1.2.1. O direito fundamental ao meio ambiente sadio e equilibrado: evolução e reconhecimento constitucional no Brasil	33
1.2.2. Caracterização do meio ambiente enquanto bem jurídico a ser protegido	40
1.2.1.1. Considerações sobre o dano ao meio ambiente: dimensões e peculiaridades	44
1.2.2. Cidadania ambiental: novos contornos democráticos	51
1.3. Síntese do capítulo	58
2. Instrumentos jurisdicionais para a tutela do meio ambiente e atuação acentuada do juiz: enfatizando o tema da prova	61
2.1. Instrumentos jurisdicionais para a tutela do meio ambiente: do processo individualista ao processo ambiental	61
2.1.1. Crise e perspectivas do processo civil	62
2.1.2. Delineamentos das ações judiciais para a tutela do meio ambiente	71
2.2. O Poder Judiciário diante das demandas ambientais e a questão da prova	85
2.2.1. Perspectivas sobre a função jurisdicional na instrução do processo envolvendo o bem ambiental	86
2.2.2. Considerações gerais sobre a prova	93
2.3. Síntese do capítulo	105
3. Tratamento da prova na jurisdição ambiental: entre a utilidade instrumental e o incentivo à cidadania ambiental	107
3.1. Adequação das regras de distribuição do ônus da prova	108
3.1.1. Distribuição do ônus da prova	109
3.1.1.1. Noções gerais sobre o regramento de distribuição do ônus probatório	109

3.1.1.2. Atenuação dos efeitos da distribuição do ônus da prova em demandas coletivas: um alerta quanto ao uso na jurisdição ambiental	111
3.1.2. Inversão do ônus probatório	117
3.1.2.1. Considerações gerais sobre a inversão do ônus da prova	117
3.1.2.2. Inversão do ônus da prova em matéria ambiental	120
3.1.2.3. Inversão do ônus financeiro da prova	128
3.1.3. A distribuição do ônus da prova segundo a aptidão dos litigantes: a distribuição dinâmica do ônus da prova	135
3.2. Valoração e produção da prova na jurisdição ambiental	139
3.2.1. A prova do nexo de causalidade e sua valoração	141
3.2.2. A participação popular como meio de prova	148
3.2.3. A prova na tutela preventiva de dano ambiental	153
3.3. Síntese do capítulo	156
Referências	159